

PEQUENO DISCURSO AOS RICOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 11.11.1992

Diante da decisão de muitos pobres de votar em Paulo Maluf para prefeito de São Paulo não tenho nada a dizer. Minha única reação foi, entre perplexo e consternado, perguntar a velha e querida empregada de minha sogra, que me disse que estava pensando em votar no Maluf: "Socorro, será que você tem raiva de pobre?" Mas se os pobres, de fato, têm uma imagem muito negativa de si próprios, o mesmo não é verdade em relação aos ricos. Por isso a eles eu tenho algo a dizer em relação as eleições do próximo domingo.

Estou convencidos que os ricos, que não têm raiva de si próprios, deveriam votar em Eduardo Suplicy. Deveriam votar no candidato do PT e não no candidato do PDS. Desta forma não estarão apenas defendendo melhor os interesses da cidade de São Paulo e do Brasil. Estarão também defendendo mais racionalmente os seus interesses de médio prazo.

Não vou discutir aqui qual dos dois candidatos é mais honesto, tem mais espírito público, é mais confiável, é melhor administrador. Não vou discutir aqui quem cuidará melhor da saúde, da educação, do menor abandonado, da poluição, do trânsito em São Paulo. Tenho firmes convicções a respeito, mas admito que as avaliações em relação ao "melhor administrador" podem divergir. Não vou discutir também a tese do "rouba mas faz", que me repugna. Vou tentar falar em um nível mais alto: no nível da nação. As eleições em São Paulo têm uma importância nacional. Será que os ricos estão realmente defendendo seu interesse e o da nação votando no candidato do PDS? Qual dos dois candidatos, sendo eleito, pode dar uma efetiva contribuição a solução da crise brasileira: Paulo Maluf ou Eduardo Suplicy?

A crise brasileira manifesta-se por um fato fundamental: o Brasil é um país atrasado, dotado de elites atrasadas. Queremos um país moderno. Parecíamos estar caminhando nessa direção, mas nos últimos anos doze a economia estagnou e inflação explodiu, a partir de uma dupla crise do Estado brasileiro: uma crise fiscal (o Estado quebrado, sem crédito, pagando taxas de juros escorchantes) e uma crise do modo de intervenção (o protecionismo substituidor de importações). Esta crise acentuou

dramaticamente o atraso brasileiro, que se define, de um lado, por uma economia cartorializada e ineficiente na qual o Estado de fator se transformou em obstáculo ao desenvolvimento, e de outro, de uma concentração de renda inaudita. É por isso que a modernidade - o aproximar-se dos padrões das democracias desenvolvidas - significa duas coisas: a adoção de reformas orientadas para o mercado e uma firme política de redistribuição da renda.

Ora o PDS, enquanto partido político que deu suporte ao regime autoritário brasileiro de 1964-84, sempre se caracterizou pelo intervencionismo estatizante e pelo apoio a concentração da renda. Seu discurso, agora, deu uma volta de 180 graus em relação ao estatismo, passando muitos de seus membros ao neoliberalismo que está (ou estava até a vitória de Clinton) levando os Estados Unidos ao desastre. Seu conservadorismo social, entretanto, continua inabalável. O PT, por sua vez, ainda conserva alguns ranços de estatismo, que Eduardo Suplicy e os setores mais modernos do PT já não compartilham, mas teve sempre uma posição clara e decidida a favor de uma distribuição da renda mais eqüitativa.

Na verdade, durante um certo tempo o PT exagerou nessa linha. Seu discurso foi em certo momento dominado pelo grupos radicais. Mas a mudança ocorrida no PT nos últimos anos é impressionante. Basta ler as entrevistas de Lula, de Erundina. Esta ainda dizia recentemente, em uma reunião onde quase só havia militantes do PT: "mudei e mudei muito nestes anos, aprendi muito". Na verdade o PT caminhou fortemente no sentido da social-democracia, que, na Europa, demonstrou se o modelo econômico e social que leva a verdadeira modernidade.

Ora, se isto é verdade, se o PT "já não come mais criancinhas", se Eduardo Suplicy, que jamais foi um radical, têm um compromisso profundo, ético, inabalável com os pobres e a justiça, não será importante para os ricos elegê-lo? Não será esta a melhor forma não apenas de defender a justiça no Brasil mas também a ordem, que a classe média e os ricos tanto prezam?

A concentração clamorosa de renda no Brasil, que nos coloca no nível do Haiti, não é apenas injusta. É ineficiente e perigosa. É ineficiente porque é impossível alcançar os altos níveis de produtividade dos países adiantados mantendo o povo miserável, mantendo os trabalhadores a uma distância social enorme dos empresários e administradores. Um dos segredos da eficiência das empresas japonesas está na incrível proximidade social de chefes e subordinados - proximidade que não dificulta em nada a autoridade e facilita enormemente a cooperação. É perigosa, porque dá origem a desordem, a uma guerra surda de classes que aparece muito menos no protesto social e muito mais na violência urbana, no crescimento espantoso dos índices de criminalidade, na transformação do Brasil em guetos de ricos rodeados pelos miseráveis.

Será do interesse dos ricos continuar por essa via? Será do interesse dos ricos e do Brasil resolver este problema pelo caminho do aumento indefinido da força pública e privada? Com mais isolamento, com muros de concreto cada vez mais altos separando nossas casas e nossos bairros, ou então com muros de armas e de ódio separando nossas vidas? Será possível tornar o Brasil moderno com estratégias dessa natureza? Será possível tornar nosso país desenvolvido, eficiente, será possível garantir minimamente a ordem e a justiça dessa maneira? Ou existem formas mais racionais, apoiadas nos princípios da solidariedade e da ética, da justiça e da razão?

Deixo a pergunta aos ricos de São Paulo, que são poucos mas pesam muito. Que constituem uma boa parte das nossas elites. Um pergunta que não ficará em vão, porque muitos entre eles sabem quais são seus interesses reais e o que significa ter espírito público.